

**SEXUALIDADES E BULLYING HOMOFÓBICO NA ESCOLA**

SEXUALITIES AND HOMOPHOBIC BULLYING AT SCHOOL

SEXUALIDADES Y BULLYING HOMOFÓBICO EN LA ESCUELA

*“... atravessar um deserto, um período de deserto não é grande coisa. O terrível é nascer nele, crescer num deserto, é horrível, suponho, pois deve-se ter uma impressão de solidão”.*

*(Gilles Deleuze).*

**José Geovânio Buenos Aires Martins**

Especialista em Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e Estrangeira  
Grupo de Pesquisa Dinâmicas Socioambientais, Cultura e Desenvolvimento no Semiárido (CNPq) - UESPI,  
Picos, Piauí, Brasil. E-mail: geovaniofecr@gmail.com

**Luciano Silva Figueiredo**

Pós-Doutor e Doutor em Botânica. Grupo de Pesquisa Dinâmicas Socioambientais, Cultura e  
Desenvolvimento no Semiárido (CNPq) - UESPI, Picos, Piauí, Brasil. E-mail: lucfigueiredo@uol.com.br

**Janaína Alvarenga Aragão**

Doutora em Gerontologia Biomédica e Mestre em Saúde Coletiva. Grupo de Pesquisa Dinâmicas  
Socioambientais, Cultura e Desenvolvimento no Semiárido (CNPq) - UESPI, Picos, Piauí, Brasil.  
E-mail: jaa73@yahoo.com.br

**Lays Gonçalves Santos**

Assistente Social e Especialista em Saúde Pública. Grupo de Pesquisa Dinâmicas Socioambientais, Cultura e  
Desenvolvimento no Semiárido (CNPq) - UESPI, Picos, Piauí, Brasil.  
E-mail: laysgoncalvesr.sa@hotmail.com

**Evandro Alberto de Sousa**

Doutor e Mestre em Serviço Social. Grupo de Pesquisa Dinâmicas Socioambientais, Cultura e  
Desenvolvimento no Semiárido (CNPq) - UESPI, Picos, Piauí, Brasil. E-mail: evandroalberto@yahoo.com.br

**RESUMO**

O presente artigo se desenvolveu a partir de uma revisão bibliográfica sobre as sexualidades dissidentes no cenário educacional com escala temporal dos últimos 20 anos. Como metodologia, o estudo consiste em uma análise de fontes sobre o tema ora explorado. Será fundamentado com apoio em Brasil (2004), França (2011), Garcia (2001), Garutti; Neves (2015), Louro (2001), Prado; Valério (2018), Romanowski (2007), Sousa (2016), Torres (2013), além de outros. A revisão de literatura mostrou que o interesse maior dos pesquisadores é sobre sexualidades, sexualidade e implicações na docência, diversidade sexual nas escolas e bullying homofóbico, uma vez que se trata de pensar a realidade que foge do padrão cis heterossexual. Tem como objetivo refletir sobre as sexualidades minoritária e colaborar por meio da reflexão para que os LGBTs saiam da zona de desconforto em escolas do Estado brasileiro. Para isso, iniciamos descrevendo na introdução que o bullying homofóbico não é especificidade do Brasil; em seguida, refletimos sobre a história da sexualidade como mecanismo cultural; também apresentamos uma discussão pautada na nossa vivência, fundamentada na literatura sobre os prevaletentes para a fuga da sala de aula de estudantes LGBTs; o trabalho igualmente sinaliza para o problema do bullying homofóbico, em que a faina do reconhecimento e combate são essenciais; dissertamos sobre as considerações finais; e por fim, relacionamos as referências bibliográficas. A conclusão ulterior desta análise é a de que a escola ainda é um lugar de sofrimento e violação dos direitos, onde ainda não há espaço acolhedor para os sujeitos LGBTs. Este estudo mostra-se relevante visto que não há dados oficiais do Ministério da Educação e Cultura (MEC) acerca da evasão de estudantes LGBTs.

**Palavras-chave:** LGBTs e implicações na docência; Educação sexual; Equidade; Cultura do machismo.

**ABSTRACT**

The present article was developed from a bibliographical review on dissident sexualities in the educational scenario with a temporal scale of the last 20 years. As a methodology, the study consists of an analysis of sources about the subject explored. It will be reasoned with support in Brazil (2004), França (2011), Garcia (2001), Garutti; Neves (2015), Louro (2001), Prado; Valério (2018), Romanowski (2007), Sousa (2016), Torres (2013), besides others. The literature review showed that the researchers' greatest interest is about sexuality, sexual diversity in schools, and homophobic bullying, since it is a matter of thinking about the reality that escapes the heterosexual cis standard. It aims to reflect on minority sexualities and collaborate through reflection so that LGBTs leave the zone of discomfort in schools of the Brazilian State. For this, we began by describing in the introduction that homophobic bullying is not an Brazil's specificity; then we reflect on the history of sexuality as a cultural mechanism; we also present a discussion based on our experience, based on the literature prevailing for the escape of the classroom of LGBTs students; the work also signals to the problem of homophobic bullying, in which the work of recognition and combat is essential; we talked about the final considerations; and finally, we relate the bibliographic references. The conclusion further of this analysis is that the school is still a place of suffering and violation of rights, where there is still no welcoming space for LGBTs subjects. This study is relevant since there is no official data from the Ministry

of Education and Culture (MEC) about the evasion of LGBTs students.

**Keywords:** LGBTs and implications in teaching; Sex education; Equity; Culture of chauvinism.

### RESUMEN

El presente artículo se desarrolló a partir de una revisión bibliográfica sobre las sexualidades disidentes en el escenario educativo con una escala temporal de los últimos 20 años. Como metodología, el estudio consiste en un análisis de las fuentes sobre el tema explorado. Se razonará con apoyo en Brasil (2004), França (2011), García (2001), Garutti; Neves (2015), Louro (2001), Prado; Valério (2018), Romanowski (2007), Sousa (2016), Torres (2013) y otros. La revisión de la literatura ha demostrado que el mayor interés de los investigadores es la sexualidad, la sexualidad y las implicaciones de la enseñanza, la diversidad sexual en las escuelas y el bullying homofóbico, ya que se trata de pensar en la realidad que escapa a la norma heterosexual cis. Su objetivo es reflexionar sobre las sexualidades de las minorías y colaborar a través de la reflexión para que las personas LGBTs abandonen la zona de incomodidad en las escuelas del Estado brasileño. Para esto, comenzamos describiendo en la introducción que el bullying homofóbico no es la especificidad de Brasil; luego reflexionamos sobre la historia de la sexualidad como mecanismo cultural; también presentamos una discusión basada en nuestra experiencia, fundada en la literatura sobre las razones para el abandono del aula de los estudiantes LGBTs; el trabajo también señala el problema del bullying homofóbico, en el cual el trabajo de reconocimiento y combate es esencial; discutiremos las consideraciones finales; y finalmente, presentamos las referencias bibliográficas. La conclusión final de este análisis es que la escuela sigue siendo un lugar de sufrimiento y violación de derechos, donde todavía no hay un espacio acogedor para los sujetos LGBTs. Este estudio es relevante ya que no hay datos oficiales del Ministerio de Educación y Cultura (MEC) sobre la evasión de estudiantes LGBTs.

**Palabras clave:** LGBTs e implicaciones en la docencia; Educación sexual; Equidad; Cultura del machismo.

### INTRODUÇÃO

Viver em um país laico, livre e democrático, como o Brasil, não é sinônimo da garantia de livre expressão dos corpos, gêneros e sexualidades minoritárias. O estudo traz uma discussão sobre corpos, gêneros<sup>1</sup> e sexualidades<sup>2</sup> por entender que são terminologias diferentes no campo de estudos sobre a manifestação ou invisibilidade das sexualidades dissidentes. Importante ressaltar que o presente artigo discutirá a situação do bullying

1 Abrange homens, mulheres e indivíduos de modo geral (OLIVEIRA; ADI, 2018).

2 Utilizamos o termo “sexualidades” por entendermos que não existe um jeito único ou correto de demonstrar a afetividade em público ou no privado (FIGUEIRÓ, 2009; GARUTTI; NEVES, 2015).

homofóbico no contexto escolar brasileiro, embora o nosso país não esteja sozinho nesta seara, pois países como Inglaterra, EUA, Reino Unido e Portugal apresentam altos índices de discriminação para estudantes LGBTs em diferentes faixas etárias e nível escolar (ALBUQUERQUE; WILLIAMS, 2015; CARVALHOSA; MOLEIRO; SALES, 2009). Com isso, este estudo busca compreender a homoafetividade em seus diferentes aspectos, dentro da esfera denominada “escola”, pois se entende que a escola não pode ser espaço de silenciamento. Mais que isso, não podemos entender e/ou enxergar a escola como um lugar neutro (BRAGA; MACHADO; OLIVEIRA, 2018; NASCIMENTO; CRUZ, 2018).

Um estudo recente sobre “Homossexualidade no Ambiente Escolar” mostrou que, em pleno século XXI, o sexo, infelizmente, é tratado como algo mecânico, reprodutivo somente (SANTOS, 2012). Sendo assim, os professores enxergam no tema uma grande nuvem cinzenta, o sexo abordado em sala de aula prioriza o sujeito heterossexual (OLIVEIRA; ADI, 2018; SANTOS, 2012). As narrativas dos últimos três séculos têm monopolizado o sexo a partir dos órgãos sexuais externos. As sexualidades dissidentes e a assexualidade começaram a ser questionadas através de lutas sociais, porém essa discussão ainda encontra resistência de núcleos conservadores e defensores do padrão heteronormativo (OLIVEIRA; ADI, 2018; SILVA, 2018). Essa resistência colabora para o aparecimento e emparelhamento do bullying homofóbico em nossas escolas.

O terror gerado pelos conservadores contribuiu para que o termo “ideologia de gênero” fosse associado ao movimento LGBTs, fazendo com que a luta dessa comunidade saia enfraquecida, inclusive em políticas públicas de segurança dentro e fora do ambiente escolar (SILVA, 2018). A situação, no Brasil, tem sido cada vez mais polemizada pela “Bancada do boi, da Bíblia e da bala”, no Congresso Nacional. O termo “ideologia de gênero” não surgiu entre o movimento LGBTs, pois do ponto de vista histórico o termo foi apresentado primeiro pela Igreja Católica, e veiculado por intermédio do “Documento de Aparecida” (JUNQUEIRA, 2017; SILVA, 2018). O fato é que a história da sexualidade humana pode-se emancipar, evoluir, retroceder ou desaparecer numa escala cronológica da situação de política do (s) corpo (s). É evidente que o discernimento de homem (macho) e mulher (fêmea) esteve/está amparado na cultura, por isso, o medo da emancipação das

sexualidades (LAQUEUR, 2001; NASCIMENTO; CRUZ, 2018; SILVA, 2015).

O quesito sexualidade humana é tão complexo do ponto de vista cultural que, durante o pré-Iluminismo, a ciência afirmou que para a mulher engravidar era preciso sentir/ter orgasmo. Essa afirmação anos depois foi refutada pela teoria da evolução, pois a maioria dos processos de concepção (gravidez) ocorrem em relações sexuais sem o orgasmo. O que se pretende afirmar é que corpo é diferente de sexualidade (LAQUEUR, 2001).

Por outro lado, se pode observar que quando se trata da homossexualidade masculina, portanto, logo a literatura mostra um processo acentuado de críticas, investigações, tentativas de mudança da orientação (JUNQUEIRA, 2014). Isso se dá porque socialmente o homem deve ocupar sua função de macho ativo na sociedade (OLIVEIRA; ADI, 2018; WARNER, 1993). Assim, qualquer passo para um lado ou para o outro, logo desperta a fúria dos conservadores (PRADO; VALÉRIO, 2018; SILVA, 2018). Nesse contexto, as pesquisas mostram sempre uma preocupação com a homossexualidade masculina, já que a homossexualidade feminina até na história ocupa um lugar de invisibilidade (BARBOSA *et al.*, 2014; PEIXOTO, 2018).

A cultura é o principal fator para o surgimento e manutenção do bullying homofóbico no contexto escolar brasileiro. Entende-se por bullying: um conjunto de ações que se evidenciam pela violência física ou verbal contra uma ou mais pessoas de maneira contínua e proposital (MENEGOTTO; PASINI; LEVANDOWSKI, 2013). O bullying começou a ser estudado na década de 1970, na Suécia, enquanto no Brasil, o assunto começou a ser discutido na década de 1990. O ano de 2005, no entanto, marca o início da visibilidade do bullying como objeto de estudo em periódicos científicos no Brasil (MENEGOTTO; PASINI; LEVANDOWSKI, 2013). O fato é que o fenômeno do bullying, especialmente do bullying homofóbico, como objeto de estudo por pesquisadores brasileiros é recente, porém essa modalidade de bullying é vetusto e inquietante, pois seus efeitos provocam sérios problemas para as vítimas (ALBUQUERQUE; WILLIAMS, 2015; OLIVEIRA; ADI, 2018).

O ambiente escolar é um lugar com suas múltiplas expressões culturais de identidades sexuais, religiosas, étnicas, além de outras, por isso, a escola deve tomar medidas para que

a existência do bullying seja reconhecida e para a redução de sua incidência (NASCIMENTO; CRUZ, 2018). Embora, o currículo escolar ainda não tenha dado conta da pluralidade sexual e individual que nossa sociedade tem apresentado ao longo do tempo. Percebemos, cada vez mais um currículo voltado para os interesses da heterossexualidade, do machismo e da branquitude (BRAGA; MACHADO; OLIVEIRA, 2018). Essa situação, vista e aceita pela escola, e, conseqüentemente, pelos professores, é advinda de uma cultura ocidental que, a partir de pressupostos religiosos, influencia não apenas professores, mas toda a sociedade dita civilizada. Por isso, “[...] cabe à escola informar e discutir os diferentes tabus e preconceitos existentes na sociedade no que se refere às identidades sexuais [...]” (FRANÇA, 2011, p. 16).

Em suma, a formação dos professores ainda é deficitária para o trato do assunto aqui abordado. Ou seja, a formação continuada dos profissionais docentes continua às margens das políticas públicas; além disso, existe uma precariedade no processo de valorização da classe docente em todos os níveis de escolarização (BRZEZINSKI; GARRIDO, 2001; ROMANOWSKI, 2007). Diante dessa situação, é comum que os professores não se sintam à vontade para falar sobre as sexualidades na escola. Isso porque a cultura religiosa ainda é sentida/percebida por muitos como uma cartilha da moral, para que se atinja a salvação eterna. Porém, as sexualidades, em suas diferentes variações, precisam ser discutidas na escola, pois a heterossexualidade ainda se sustenta como “correta” pela preocupação acentuada com a perpetuação da espécie humana desde o começo da história ocidental (TORRES, 2013).

Portanto, não pode a escola negar a existência dos homossexuais, travestis, bissexuais e transexuais (MOTT, 2003; SANTOS, 2012). Nesse aspecto observa-se que o que hoje se denomina errado no campo da sexualidade, logo pode-se emancipar como correto; correndo o risco de sair de cena aquilo que consideramos certo (TORRES, 2013). Assim, a violência física e psicológica que amedronta a população LGBTs<sup>3</sup>, nas ruas, no cerco familiar ou no ambiente de trabalho – não pode, jamais se repetir no espaço físico escolar, tendo em vista o risco, não apenas da evasão escolar, mas sobretudo, da negação dos sujeitos homossexuais. Em outras palavras, a escola não pode contribuir para o encorajamento da

---

3 É conferido como: lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e simpatizantes, portanto a ordem das letras pode sofrer alguma variação em virtude da celeridade dos movimentos sociais (GARUTTI; NEVES, 2015).

homofobia de gênero, raça, cor, religião, orientação sexual, entre outras. É na escola que o sujeito homossexual<sup>4</sup> deve se sentir acolhido, pois excluir as sexualidades dissidentes da discussão é contribuir para que a heteronormatividade seja legitimada como a única forma de expressão sexual natural e normal (ABRAMOWICZ *et al.*, 2015).

Com esses contornos, o artigo problematiza o papel de agente transformador da escola, pois é nesta que o sujeito se constrói academicamente e, por consequência, prepara-se para o mercado de trabalho. Sendo assim, o presente estudo faz uma discussão em torno da violência, aqui denominada de “bullying homofóbico”, para se combater a evasão escolar e garantir o respeito às sexualidades. Importa aprofundar que as sexualidades dissidentes, atualmente, têm conseguido muito mais respeito do que no passado (LOURO, 2001). Ainda assim, percebemos que a visibilidade homossexual não é suficiente para uma erradicação do bullying homofóbico nas escolas do nosso país.

Levando em consideração a questão do “bullying homofóbico” e a literatura estudada, o objetivo do artigo é contribuir para que as sexualidades dissidentes saiam da zona de desconforto no ambiente escolar, pautando-se nas seguintes proposições:

- ✓ A formação de professores precisa dar conta de todas as sexualidades que permeiam o ambiente de sala de aula;
- ✓ A literatura mostra que não se trata de um problema especificamente brasileiro, no entanto, estudos sobre gênero, sexualidade e corpos ainda são recentes no Brasil;
- ✓ A invisibilidade LGBTs provoca uma série de problemas para as pessoas do grupo;
- ✓ Existe uma orientação sexual correta?;
- ✓ O currículo escolar deve demonstrar preocupação com todas as sexualidades.

Por ora, é oportuno dizer que a escola é campo fundamental para o trato das questões levantadas, levando em consideração o direito de inclusão. Também é preciso enxergar a escola como promotora da inclusão das chamadas “minorias sexuais”, pois não existe para o campo psicanalítico, uma orientação sexual apropriada/correta; sendo o ser homossexual igual ao heterossexual – o que os diferencia é a maneira como estes vivenciam sua orientação sexual.

4 O termo foi usado para definir todos àqueles que possuem uma orientação sexual não heterossexual.

O estudo foi realizado através de uma pesquisa bibliográfica com escala temporal dos últimos 20 anos, embasada nos seguintes autores: Brasil (2004), França (2011), Garcia (2001), Garutti; Neves (2015), Louro (2001), Prado; Valério (2018), Romanowski (2007), Sousa (2016), Torres (2013), além de outros que discutem sobre o tema estudado. A revisão bibliográfica levou em conta a literatura sobre sexualidades, sexualidade e implicações na docência, diversidade sexual nas escolas e bullying homofóbico.

Finalmente, importa esclarecer que o artigo foi estruturado da seguinte maneira: primeiro, apresenta-se a introdução; segundo, produz-se uma discussão sobre sexualidade; terceiro, faz-se uma abordagem da homoafetividade e a fuga da sala de aula; quarto, explica-se sobre “bullying homofóbico” para então se reconhecer e combater essa prática nas escolas; em seguida, as considerações finais; e, por último, serão listadas as referências bibliográficas.

### **Considerações históricas sobre sexualidade**

Ao longo dos anos, a homossexualidade tem sido estudada pelos mais variados campos do conhecimento. As discussões englobam as artes, artes visuais, arte-educação, religião, direito, psicologia, antropologia, política, e outras, pois vivemos em uma cultura que confere ao sujeito heterossexual uma posição privilegiada em relação às demais manifestações de sexualidades (CARRARA; SIMÕES, 2007; DIAS, 2006; FRANÇA, 2011; FOUCAULT, 1988; RIOS, 2001; SOUZA *et al.*, 2018).

A sexualidade foi construída política-socialmente no Brasil a partir dos conceitos de “passivo” e “ativo”, no entanto, com o passar do tempo a evolução político-social considera todo ato sexual entre duas pessoas do mesmo sexo, como homossexualidade, não importando a posição sexual (CARRARA; SIMÕES, 2007).

Ainda quanto à evolução político-social, se pode destacar a igualdade de gênero, nos últimos anos, tendo o ano de 1960 como marco regulador dessa passagem e reconhecimento da homossexualidade no Brasil, Europa e EUA como orientação sexual (CARRARA; SIMÕES, 2007).

Alinhados (as) a essa concepção, as artes também têm seu papel de destaque no campo das sexualidades, especialmente, da homossexualidade. O Brasil, Estados Unidos, Canadá e Reino Unido abordam de forma tímida a questão de gênero e sexualidade nos cursos de formação de professores de artes. Sob essa ótica, as artes visuais, o cinema, a publicidade e a comunicação visual também se apresentam de forma inibida, pois a formação não tem dado conta de resolver o problema das desigualdades sobre gênero e sexualidade (DIAS, 2006; OLIVEIRA; ADI, 2018). Esse retraído movimento de LGBTs, gera também um rompimento com a própria cultura social, política, educacional e de corpos (NASCIMENTO; CRUZ, 2018).

Se buscarmos no Direito, encontramos resposta no princípio de igualdade perante a Constituição Brasileira de 1988. Numa perspectiva inclusiva, a Constituição Brasileira dispõe sobre a isonomia entre as pessoas (RIOS, 2001). Mesmo sem a criminalização da homofobia pelo Congresso Nacional<sup>5</sup>, a Carta Magna reforça que somos iguais, em outras palavras, não pode haver discriminação por causa da orientação sexual. Essa compreensão de que “somos iguais” contribuiu para o fim da associação da homossexualidade como doença no nosso país.

Ao longo da história do povoamento do planeta, as ciências através da Medicina, do Direito, da Psicologia, entre outras, criaram regras de conduta sobre a sexualidade (CECCARELLI; FRANCO, 2010; SILVA, 2018). Cabe apontar que as sexualidades dissidentes que viviam sossegadas, transportaram-se para um lugar de vigilância, durante os séculos XVIII e XIX (FOUCAULT, 1988; SILVA, 2018).

A narrativa acima reproduzida é essencial, pois a questão das sexualidades<sup>6</sup> perpassam todos os séculos, mas foi no século XXI que esta discussão ganhou mais atenção nos diferentes setores da sociedade. Pois, enquanto que, no passado, as sexualidades eram praticadas sem o sentimento de culpa ou pecado, a partir do início ou segunda metade do século XIX<sup>7</sup> – Igreja e conservadores, incumbiram-se de apontar o sexo das ditas “minorias sexuais” como algo errado, pecaminoso, doentio.

5 O STF aprovou a criminalização da homofobia em junho de 2019 (BARIFOUSE, 2019).

6 O termo “sexualidades” é neste caso empregado para designar gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais.

7 A imprecisão dessas informações é algo angustiante. Os dois primeiros autores apontam que foi no início do século (CECCARELLI; FRANCO, 2010). Já, noutros momentos encontramos que tudo isso é produto do século XIX (LOURO, 2001). Outros, consideram o início do século XVIII (FOUCAULT, 1988; FRANÇA, 2011). Portanto, não há consenso entre os teóricos, o que não impericia os dados pesquisados.

O homem é um ser com desejos sexuais. Porquanto, não se pode negar as sexualidades em seus mais diversos conjuntos de experimentação, fonte de desejo e prazer (PEIXOTO, 2018; ROSA, 2016).

A história mostra o sexo como profano e sagrado, a depender do delineamento, sendo os fatores determinantes responsáveis por essa associação. Já os corpos dissidentes (sexualidades minoritárias) sempre estiveram presentes na história dos desejos e/ou sexualidades, pois é uma forma de enaltecer a cultura do homem branco, heterossexual, chefe de família (LAQUEUR, 2001; SOUZA *et al.*, 2018).

As sexualidades dissidentes ou minoritárias sempre estiveram sob o olhar vigilante das autoridades. Durante o reinado de Portugal sobre o território brasileiro, houve uma intensa perseguição contra os homossexuais, principalmente, contra os homossexuais do sexo masculino, pois a literatura estudada apontou apenas um único caso de punição contra a homossexualidade feminina<sup>8</sup> durante o império europeu no Brasil<sup>9</sup> (PEIXOTO, 2018).

Foi nesse período de dominação europeia que se instalou o Tribunal da “Inquisição”. O objetivo desse tribunal era o de investigar e punir práticas sexuais que não garantissem a perpetuação da espécie humana (GURGEL; BUCHER-MALUSCHKE, 2016; PEIXOTO, 2018). Os castigos contra os infratores, iam desde o açoitamento em local público, degradação para locais desertos e de difícil sobrevivência até a morte; a história não registrou nenhum caso de morte no Brasil (PEIXOTO, 2018).

O casamento ou relacionamento heterossexual é um imperativo de controle acumulado e disseminado ao longo do tempo pelas religiões de base cristã. A explicação bíblica também diz que o casamento como instituição sagrada deve ocorrer somente entre um homem e uma mulher (ARAÚJO, 2002; TORRES, 2013). Ao colocar o casamento entre macho e fêmea como adequado aos princípios de Deus, as religiões de base cristã abrem margem para a discriminação das demais orientações sexuais (FRANÇA, 2011; GARUTTI; NEVES, 2015). Contudo, o próprio livro sagrado do catolicismo e de outras igrejas de

8 “Pouco se sabe dessa história, os dados são quase inexistentes, porém, o fato é que Filipa foi cruelmente açoitada em praça pública e depois condenada ao degredo perpétuo do país” (PEIXOTO, 2018, p. 15).

9 A autora cita “Filipa de Souza, condenada pelo Santo Ofício por ter assediado e mantido relações sexuais com pelo menos meia dúzia de mulheres na província de Salvador, em meados de 1590. Filipa era de origem portuguesa, nasceu na região de Algarve, foi morar na Bahia e era casada com um pedreiro” (PEIXOTO, 2018, p. 15).

base cristã, a “Bíblia”, também apresenta controvérsias, pois “Davi e Jônatas” são duas personagens bíblicas que exemplificam a homossexualidade masculina.

A Bíblia também conta a história de Davi e Jônatas: ‘A alma de Jônatas ligou-se à alma de Davi, e Jônatas se afeiçoou a ele como a si próprio’, e quando Jônatas morre, Davi lamenta: ‘Quanto sofro por ti, Jônatas, meu irmão! Quanto me eras caro e querido! Tua amizade me era mais maravilhosa que o amor das mulheres’ (PINSKY *et al.*, 2010, p. 33).

Essa situação acima apresentada mostra um cenário de homossexualidade reprimida, ressalta-se também que o homem não pode mostrar seu sentimento afetivo por outra pessoa do mesmo sexo, pois o depoimento de Davi deu origem a questionamentos acerca de sua orientação sexual, inclusive por pessoas cristãs.

Como se viu, é preciso compreender a sexualidade ou as sexualidades humanas como uma forma única atribuída a cada indivíduo. A partir dessa discussão, concluímos que a religião é importante para o processo de humanização, no entanto, a religião não pode servir de palco de conflito e incentivo para a homofobia.

Desta forma, com o intento de compreender a(s) sexualidade(s) humana, o processo histórico da sexualidade, é importante ressaltar que os homens gregos mantinham relações sexuais com outros homens, e, jamais, foram julgados como doentes ou pecaminosos (GARCIA, 2001; GURGEL; BUCHER-MALUSCHKE, 2016).

A perseguição hedionda contra os homossexuais começou no século XIX, pois nesse século considerou-se o homossexual como um bicho, uma aberração da natureza. Foi nesse período que igreja e ciência se uniram para contra-atacar os homossexuais (AIRÈS, 1985; CECCARELLI; FRANCO, 2010). Considerando igreja e ciência como relações de poder, os homossexuais foram encaixilhados numa clausura durante o século XIX (CECCARELLI; FRANCO, 2010; NUNAN, 2003).

A homossexualidade, em suas diversas formas de expressão, foi considerada doença, por bastante tempo pela literatura médica e psicanalítica. Sendo assim, exercer a

homossexualidade sendo gay<sup>10</sup>, lésbica<sup>11</sup>, bissexual<sup>12</sup>, travesti<sup>13</sup>, transexual<sup>14</sup>, queer<sup>15</sup>, hoje, é como exercer um ato político, ou ainda, é como sentir fome e ser saciado (BAQUERO, 2012; BRUNET, 2016). Nessa perspectiva, a sociedade contemporânea se encarregou de dar vida e enraizar o estigma contra as sexualidades dissidentes (FIGUEIRÓ, 2009; JUNQUEIRA, 2014).

No que se refere à discriminação por causa da orientação sexual, relaciona-se ao século XVII, mas foi no século XIX que houve uma concentração encolerizada. Todas as ciências buscavam uma resposta sobre aquilo que se considerava desvio de sexualidade (FRANÇA, 2011; PEIXOTO, 2018).

O sujeito homossexual, apesar da evolução das ciências e da mente humana, ainda é tratado por muitos como aberração, pois os conservadores amparados por discursos bíblico-confessionais não conseguem enxergar outras formas de expressão da sexualidade humana (PEIXOTO, 2018; SILVA, 2018; SOUZA *et al.*, 2018).

Diante do exposto, a sexualidade passou a ser controlada, principalmente pela Igreja – defensora do sexo somente para procriação da raça humana (FRANÇA, 2011; PEIXOTO, 2018). Aquilo que não está de acordo com as regras do conservadorismo deve ser silenciado; exemplo disso é a própria homossexualidade (FRANÇA, 2011; SILVA, 2018).

O medo também foi institucionalizado pela Igreja Católica, durante esse período, pois os padres associaram o autoerotismo e a homossexualidade ao pecado, doença e à presença de forças ocultas. Aos impudicos sempre era dado um castigo por ter contrariado as regras da Santa Igreja. Os estudos sobre sexualidade, por sua vez, asseveram que os “indecentes” também foram alvos de torturas sob recomendação das autoridades eclesiásticas (FRANÇA, 2011).

Ainda de acordo com França (2011, p. 35),

[...] a Igreja Católica recomendava moderação nas relações sexuais até para casais legalmente constituídos, para tanto, banuiu o sexo nos dias santos, domingos e na

10 Pessoa que se relaciona sexualmente com outra pessoa do mesmo sexo (BRASIL, 2004).

11 Trata-se de uma mulher que se relaciona afetiva e sexualmente com outra mulher (BRASIL, 2004).

12 Pessoa(s) que se relaciona(m) sexualmente com qualquer dos sexos (BRASIL, 2004).

13 “[...] um homem no sentido fisiológico, mas se relaciona com o mundo como mulher” (BRASIL, 2004, p. 30).

14 “São pessoas que não aceitam o sexo que ostentam anatomicamente. [...], o indivíduo identifica-se com o sexo oposto, embora dotado de genitália externa e interna de um único sexo” (BRASIL, 2004, p. 30).

15 “Sujeito estranho, talvez ridículo, excêntrico, raro, extraordinário” (LOURO, 2001, p. 546).

Quaresma, e a todo o momento evidenciava que as relações sexuais só poderiam acontecer com o propósito da procriação.

Constata-se que a sexualidade e, em especial, a homossexualidade, tem sido controlada. Porém, este controle é prejudicial para o exercício das sexualidades por impor medo, sentimento de culpa, vergonha, riscos para a própria saúde física e mental, além de contribuir para o fomento da violência contra LGBTs (ALBUQUERQUE; WILLIAMS, 2015).

Tendo-se assim definido, de maneira histórica, a regulação da sexualidade pela sociedade, importa esclarecer, a homossexualidade não é exclusividade da raça humana (PINSKY *et al.*, 2010).

### **A homoafetividade e a fuga da sala de aula**

Através do exercício da docência, podemos observar que a homossexualidade, em suas diferentes formas de expressão, é condição sumária para o desligamento do sujeito discente da escola, pois o ambiente escolar ainda não está preparado suficientemente para lidar com tais questões (ALBUQUERQUE; WILLIAMS, 2015; PRADO; VALÉRIO, 2018).

Na contemporaneidade, a escola ainda trata a sexualidade sob o ponto de vista homogêneo, onde outras discussões não são garantidas, promovendo uma fabricação de modos sexuais heterossexistas (BRAGA; MACHADO; OLIVEIRA, 2018; NASCIMENTO; CRUZ, 2018).

A escola, lugar de discussão de conteúdos, valores morais, éticos e, especialmente, de enfrentamento ao combate da discriminação homofóbica, ainda não consegue resolver o problema da violência praticada contra homossexuais dentro de sala de aula (ALBUQUERQUE; WILLIAMS, 2015; MISKOLCI, 2015).

As discussões sobre sexualidade e currículo escolar evidenciam que

A escola é um local onde transitam diversas culturas, diversos saberes, e diversos atores sociais, logo, constitui-se em um espaço da diversidade. Sendo assim, ela desempenha um papel relevante no sentido de fomentar uma reflexão sobre crenças, valores e preconceitos, de modo a promover o respeito às diferenças culturais, raciais, religiosas e sexuais (FRANÇA, 2011, p. 47).

Nesse sentido, essa promoção da diversidade sexual no currículo escolar parecer se tornado oculta dentro de sala de aula, por se tratar de um tema amplamente ligado à cultura religiosa. Os profissionais docentes ainda encontram resistência de pais, colegas de profissão, gestores e, até, dos próprios alunos, quando o assunto é sexo, sexualidade e homoafetividade.

O processo de discussão em torno da sexualidade humana sempre gerou e, continuará gerando, debates, pois é uma questão ampla demais e que envolve princípios morais, religiosos, políticos, entre outros, uma vez que a sexualidade humana é estudada dentro e fora do ambiente escolar (CECCARELLI; FRANCO, 2010; PEIXOTO, 2018).

Discutir sexualidade na escola, tronou-se algo bastante complexo, na visão de Torres (2013, p. 57, grifo do autor), visto que: “[...] o preconceito é tão intenso que, se alguém fala [...], já passa a ser considerado **gay**, lésbica, etc. O medo de muitos de ser associado à diversidade sexual provoca uma seleção [...]”.

Nesse processo de construção e desconstrução de (in)visibilidade das sexualidades dissidentes, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) orientam que não se pode negar a existência da homossexualidade no ambiente escolar (BRASIL, 1998). Assim, o ambiente escolar precisa encarar as chamadas “minorias sexuais” como parte integrante da formação humana, do currículo escolar.

Além disso, inevitavelmente é na escola que o sujeito com sexualidade dissidente enfrenta os primeiros risos, exclusão e violência, em virtude da sua orientação sexual ou identidade de gênero. No entanto, é na escola que se deve primeiro combater as manifestações de preconceito (OLIVEIRA; ADI, 2018; TORRES, 2013).

O olhar de baixo para cima concentrando-se nos professores, por sua vez, permite observar que o aluno com sexualidade dissidente existe e, por isso, precisa receber orientação sobre sua sexualidade ou identidade sexual. O ambiente escolar é para todos, não podendo se tornar espaço privilegiado de brancos, ricos e heteronormativos. Precisa-se, pois, entender que a qualidade do processo ensino-aprendizagem também só é garantida se houver igualdade de gênero (BRASIL, 2007).

No caso da evasão escolar de sujeitos dissidentes, é preciso compreender alguns

dados da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. A pesquisa foi feita entre os meses de abril e maio do ano de 2002, em todas as escolas públicas e privadas do Brasil, cujo público-alvo era 5 mil professores. Esta pesquisa revelou que para 59,7% dos entrevistados é inadmissível a prática de relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo; destacou-se também que 21,2% dos professores não gostariam de ter um(a) vizinho(a) homossexual (BRASIL, 2007; UNESCO, 2004).

Enquanto isso, é conferida às sexualidades dissidentes não apenas a fuga da sala de aula, mas o envolvimento com o mundo das drogas e substancialmente com a prostituição, pois quando a escola não cumpre seu papel de agente inclusiva, logo se vê a repetição de um cenário sombrio da história, especialmente, no que toca à sexualidade como campo de estudo (ALBUQUERQUE; WILLIAMS, 2015; SILVA FILHO; RODRIGUES, 2012).

Eis o quesito que tencionámos atingir: existe uma grande necessidade de se ter um profissional docente inclusivo e articulador das políticas públicas para o combate ao bullying homofóbico dentro de sala de aula. Apesar de que “pouco se sabe, por exemplo a respeito do desempenho acadêmico [...] e da evasão ou abandono escolar associada a estudantes homossexuais e transgêneros” (BRASIL, 2007, p. 29).

Com base nisso, podemos dizer que o tema “minorias sexuais” precisa ser reavaliado pelos documentos que normatizam escolas públicas e privadas do Estado brasileiro, pois, caso contrário, incorremos no risco de perder o controle da situação e do enfrentamento para o combate à discriminação, à violência e ao bullying homofóbico.

Ainda neste sentido, o ambiente escolar precisa, cotidianamente, lidar com o preconceito homofóbico, racial e social, sob pena de se ver dissipar os valores que o cidadão precisa adquirir durante sua formação básica (CANDAUI, 2000; FRANÇA, 2011).

Desde o século XIX as discussões referentes às questões educacionais perpassaram a universalidade e a gratuidade do ensino, de forma a inserir os sujeitos na cultura civilizada, que era a cultura do ‘letrado’. Desta forma, vai surgindo a ideia de escola como um espaço legitimado pela sociedade para tirar o indivíduo da sua condição de barbárie, a caminho da civilização (FRANÇA, 2011, p. 48).

A escola precisa sair da condição de vítima e agir em parceria com toda a comunidade escolar, para que tenhamos uma sociedade “letrada”. Sobretudo, para que o aluno, por

ela atendido e formado, saiba conviver harmonicamente em sociedade – aceitando as “minorias sexuais”. Respeitar, ainda, todos os fatores que implicam de forma direta ou indireta na ordem religiosa, racial ou social dos cidadãos.

### **Bullying homofóbico: reconhecer e combater**

O objetivo aqui não é apenas discutir sobre práticas homofóbicas nas escolas, mas, sobretudo, caracterizar o fenômeno “bullying homofóbico” para que os sujeitos envolvidos com o processo de ensino-aprendizagem reconheçam, e, com isso, combatam toda e qualquer forma de discriminação sexual.

Pode-se afirmar, portanto, que esse fenômeno ocorre de forma visível dentro das escolas, pois não há uma pedagogia sexual que aborde o tema sem receios. O profissional docente convive, cotidianamente, com os diferentes tipos de sexualidades na escola, mas suas aulas continuam sendo planejadas para uma classe de sujeitos heterossexuais.

Neste contexto, é que surge o fenômeno “bullying homofóbico”. Para tanto, na contemporaneidade, a não desconstrução do preconceito nas escolas coloca em risco a vida de adolescentes com sexualidades dissidentes, pois, entre esses sujeitos, é cada vez maior o número de suicídios (BRASIL, 2007; BAGLEY; RAMSEY, 1997).

Pode-se afirmar que 10% dos jovens brasileiros já passaram por algum tipo de violência física ou psicológica por carregar consigo trejeitos da homossexualidade (GARUTTI; NEVES, 2015; MOTT, 2003). É importante ressaltar que a “região Nordeste” se apresenta como a mais violenta para a população LGBT (MARIUSSO, 2015; SANTOS; LAGÔA JUNIOR; BARBOSA, 2017).

Entendido assim, é considerável argumentar que o Estado brasileiro não é o único que apresenta problemas relacionados à homofobia. Alunos do sexo masculino no território português tendem a ter menos amigos durante o ciclo do ensino básico, pois determinados trejeitos (possível orientação sexual destoante do padrão heteronormativo) que possa comprometer o grupo de pertencimento, logo se torna motivo para o isolamento social de muitos jovens, cerca de 67% do total investigado (CARVALHOSA; MOLEIRO; SALES, 2009).

A discussão de “gênero” em escolas de Lisboa e Braga de acordo com dados da *Revista Interações*, entre os anos de 2002 e 2006, apontam, ainda, que 70% dos professores não demonstraram sentir pena das vítimas de bullying no espaço escolar pesquisado (CARVALHOSA; MOLEIRO; SALES, 2009).

Ainda quando se trata da diversidade de gênero, o número de vítimas tem crescido desde o ano de 1998. O estudo apontou ainda que o bullying homofóbico quando não combatido no espaço escolar, logo se torna porta de entrada para o envolvimento dessas vítimas com álcool e drogas, além de depressão (CARVALHOSA; MOLEIRO; SALES, 2009). Inclusive, é cada vez mais comum em Portugal, o abandono escolar por “crianças e jovens lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros” (IBID., p. 139).

O fracasso escolar de LGBTs em escolas portuguesas também tem aumentado significativamente. Em decorrência disso, alguns pesquisadores têm mostrado interesse sobre o assunto, inclusive foram desenvolvidos 71 trabalhos acadêmicos sobre a invisibilidade da população LGBT em escolas de Portugal, entre os anos de 2000 e 2008 (CARVALHOSA; MOLEIRO; SALES, 2009).

*Espelage* e *Swearer* são alguns dos estudiosos que se mostraram preocupados com a invisibilidade da população LGBT em escolas de Portugal. Estudos de 2008 apontam que o espaço da sala de aula para pessoas com orientação sexual e identidade de gênero diferentes do padrão estipulado pela sociedade contribui para que exista uma distância real entre o ensino e a vontade do aluno LGBT de permanecer na escola (CARVALHOSA; MOLEIRO; SALES, 2009).

Em virtude disso, podemos definir o fenômeno, denominado por “bullying”, como um ato repetitivo e danoso para com um(a) determinado(a) sujeito/vítima, por um longo período de tempo (BARDUNI; SOUSA, 2008; FANTE, 2005; GARUTTI; NEVES, 2015). Ademais, convém apontarmos que os atos de bullying homofóbico podem ocorrer de forma física – quando envolve agressão inclusive letal e, de maneira psicológica – quando envolve o isolamento do sujeito homossexual (FANTE, 2005; GARUTTI; NEVES, 2015).

A falta de solidariedade por parte de profissionais, da instituição e da comunidade escolar diante das mais corriqueiras cenas de assédio moral contra estudantes

LGBT pode produzir ulteriores efeitos nos agressores e nos seus cúmplices (JUNQUEIRA *et al.*, 2009, p. 27).

A escola, professores e comunidade escolar precisam buscar novas formas de visibilidade da população LGBT, dentro e fora do espaço escolar, pois é na escola que o sujeito mantém contato com a pesquisa e o conhecimento, sendo, este último, revertido na maioria das vezes, em comportamentos que definem uma sociedade democrática.

Não podemos deixar de pontuar que os sujeitos que não se encaixam no politicamente correto fora da escola, logo viram estigma dentro dela. Ou seja, as sexualidades dissidentes se tornaram reféns do discurso de ódio e, hoje, continuam sendo estigmatizadas por causa de suas orientações sexuais (PEIXOTO, 2018; SOUSA, 2016).

Diante do exposto evidenciamos que “bullying” é uma conduta desumana dentro das relações, onde, os mais firmes transformam os mais vulneráveis em motivos de chacotas, violência física, entre outras, incluindo sempre o intuito de ofender a vítima (FANTE, 2005; DIAZ; SOUZA, 2010).

Sem dúvida, o problema do bullying homofóbico precisa urgentemente ser combatido dentro das escolas. Por meio de um processo de formação, amparado pelas escolas brasileiras, pois, somente assim, logo se verão os efeitos esperados para o combate e fim do bullying homofóbico nas escolas e na sociedade em geral.

Acrescendo ainda mais as discussões sobre o assunto estudado, pode-se ressaltar que o trabalho de combate à homofobia precisa ser cotidiano, além disso, o Congresso Nacional precisa tornar a homofobia crime (OLIVEIRA JÚNIOR, 2016). Não se pode aceitar que uma pessoa seja morta a cada 19 horas no Brasil, por demonstrar sua orientação sexual, ou ainda, por ser confundida com LGBT (PEIXOTO, 2018).

Para enaltecermos ainda mais a situação dos crimes de ódio praticados contra LGBTs no Brasil, abaixo apresentamos alguns indicadores que precisam de uma reflexão mais apurada e de ações combativas:

O Grupo Gay da Bahia (GGB) divulga anualmente um relatório minucioso sobre os casos de crimes de ódio acontecidos no Brasil. Os dados apresentados dos

últimos [...] anos são alarmantes: em 2012, foram 338 homicídios; em 2013, 314; em 2014 foram 331 e em 2015, o total foi de 319 mortes, só de crimes contra este grupo específico (OLIVEIRA JÚNIOR, 2016, p. 20).

A(s) violência(s) contra LGBTs no Estado brasileiro é uma dificuldade alicerçada na cultura do machismo. De acordo com o Conselho Nacional de Combate à Discriminação/ Ministério da Saúde (Brasil), “[...] a homofobia se reproduz sob múltiplas formas e em proporções muito significativas” (BRASIL, 2004, p. 17). É difícil, portanto, enumerar como se processa a homofobia dentro de sala de aula. Nessa perspectiva, o mesmo documento, “Brasil sem Homofobia” (2004), do Ministério da Saúde, apresenta algumas soluções:

**V – Direito à Educação: promovendo valores de respeito à paz e a não-discriminação por orientação sexual**

23 Elaborar diretrizes que orientem os Sistemas de Ensino na implementação de ações que comprovem o respeito ao cidadão e à não-discriminação por orientação sexual.

- ✓ Fomentar e apoiar curso de formação inicial e continuada de professores na área da sexualidade;
- ✓ Formar equipes multidisciplinares para avaliação dos livros didáticos, de modo a eliminar aspectos discriminatórios por orientação sexual e a superação da homofobia;
- ✓ Estimular a produção de materiais educativos (filmes, vídeos e publicações) sobre orientação sexual e superação da homofobia;
- ✓ Apoiar e divulgar a produção de materiais específicos para a formação de professores;
- ✓ Divulgar as informações científicas sobre sexualidade humana;
- ✓ Estimular a pesquisa e a difusão de conhecimentos que contribuam para o combate à violência e à discriminação de GLBT;
- ✓ Criar o subcomitê sobre Educação em Direitos Humanos no Ministério da Educação, com a participação do movimento de homossexuais para acompanhar e avaliar as diretrizes traçadas (BRASIL, 2004, p. 22, grifos do autor).

Tendo-se assim definido, de modo aproximado, o que é o “bullying homofóbico” e o que esse pode provocar, é preciso otimismo perante as expectativas de solução apontadas pelo documento “Brasil sem Homofobia” (2004), pois o discurso conservador e

a bancada religiosa que nos representa no Congresso Nacional, não parece predisposta a ceder facilmente.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

O respeito pelas sexualidades dissidentes deve acontecer de maneira incisiva no ambiente escolar, pois como vimos nas narrativas apresentadas ao longo do artigo, ainda é efervescente o número de alunos LGBTs que abandonam a sala de aula por causa do bullying homofóbico.

Desse modo, nenhuma maneira de expressar a sexualidade ou sexualidades deve gerar o escárnio, pois a literatura médica conseguiu provar, por meio de estudos precisos, que a homoafetividade não é vício, doença ou alteração da personalidade. Em outras palavras, é preciso respeitar as diferenças sexuais.

Emergiram desafios que os colaboradores, professores, gestores, comunidade escolar e União, juntos devem buscar para se resolver imediatamente o problema da violência contra LGBTs nas escolas, pois diante de uma cultura heteronormativa-cristã é, cada vez mais comum, a prática da violência física e psicológica.

É importante considerar que a escola, sozinha, não transforma uma realidade latente, por isso, o envolvimento consciente, participativo e esclarecedor em torno das sexualidades – envolvendo toda comunidade acadêmica e não acadêmica, é de fundamental importância para se quebrar os tabus/mitos sobre sexualidades, cujo objetivo é o respeito pelas diferenças e, sobretudo, a inclusão das chamadas minorias no universo acadêmico e profissional.

O problema do bullying homofóbico ultrapassa os muros das escolas. Se houver um trabalho coletivo, a começar pelas escolas, logo teremos lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, dentre outros, sendo amplamente respeitados em suas diferenças. Afinal, não existe uma sexualidade ou sexualidades propriamente corretas, visto que a sexualidade é inata ao ser humano; o que o diferencia é sua maneira de expressão da própria sexualidade.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete; SILVÉRIO, Valter Roberto (orgs.). **Afirmando diferenças**: montando o quebra-cabeça da diversidade na escola. [Livro eletrônico]. Campinas, SP: Papyrus, 2015. (Coleção Papyrus Educação).

AIRÈS, Philippe. Reflexões sobre a história da homossexualidade. In: AIRÈS, Philippe; BÉJIN, André (orgs.). **Sexualidades ocidentais**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ALBUQUERQUE, Paloma Pegolo de; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. Homofobia na escola: relatos de universitários sobre as piores experiências. **Temas em Psicologia**, v. 23, n. 3, p. 663-676, 2015. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1413389X2015000300011&script=sci\\_abstract&lng=es](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1413389X2015000300011&script=sci_abstract&lng=es). Acesso em: 6 mar. 2019.

ARAÚJO, Maria de Fátima. Amor, casamento e sexualidade: velhas e novas configurações. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 22, n. 2, p. 70-77, jun. 2002. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932002000200009&script=sci\\_arttext&lng=es](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932002000200009&script=sci_arttext&lng=es). Acesso em: 6 mar. 2019.

BAGLEY, Christopher; RAMSEY, Rick. **Suicidal behaviour in adolescent and adults**: research, taxonomy and prevention. Aldershot: Asgate Publishing, 1997.

BAQUERO, Rute Vivian Angelo. Empoderamento: instrumento de emancipação social? - Uma discussão conceitual. **Revista Debates**, v. 6, n. 1, p. 173, jan/abr. 2012. Disponível em: [www.seer.ufrgs.br/debates/article/viewFile/26722/17099](http://www.seer.ufrgs.br/debates/article/viewFile/26722/17099). Acesso em: 6 mar. 2019.

BARBOSA, Bruno Rafael Silva Nogueira *et al.* Invisibilidade lésbica e a interseccionalidade de opressões. In: 18º REDOR, 2014, Recife. **Anais**. Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2014. p. 3008-3024.

BARDUNI, Jairo Filho; SOUSA, Dileno Dustan Lucas de. A questão da homossexualidade e o bullying. In: **Anais do VIII Congresso Nacional de Educação – EDUCERE - Formação de Professores**. 2008. p. 1063-1074.

BARIFOUSE, Rafael. STF aprova a criminalização da homofobia. **BBC News**, São Paulo, s/p, 13 jun. 2019. Disponível em:<<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47206924>>. Acesso em: 9 jul. 2019.

BRAGA, Laíra Assunção; MACHADO, Thiago Pereira; OLIVEIRA, Luciano. Entre o temor e a resistência: o demônio da boneca e o “viadinho” abusado. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 9, p. 75-86, maio/out. 2018. Disponível em:<https://rigs.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/25760>. Acesso em: 6 mar. 2019.

BRASIL. **Brasil sem homofobia**: programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil\\_sem\\_homofobia.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf). Acesso em: 8 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. **Gênero e diversidade sexual na escola**: reconhecer diferenças e superar preconceitos. Brasília: MEC, 2007. (Cadernos Secad 4). Disponível em: [http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib\\_cad4\\_gen\\_div\\_prec.pdf](http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_cad4_gen_div_prec.pdf). Acesso em: 8 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua estrangeira**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC, 1998. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pcn\\_estrangeira.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pcn_estrangeira.pdf). Acesso em: 8 jan. 2017.

BRUNET, Tomaz Bonumá. O tabu da homossexualidade na família. **Mundo Jovem**, Porto Alegre, p. 18, set. 2016.

BRZEZINSKI, Iria; GARRIDO, Elsa. Análise dos trabalhos do GT Formação de Professores: o que revelam as pesquisas do período 1992-1998. **Revista Brasileira de Educação**, n. 18, p. 82-100, set/dez. 2001. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782001000300008&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782001000300008&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 6 mar. 2019.

CANDAU, Vera Maria. (Org.). **Reinventar a escola**. Petrópolis: Vozes, 2000.

CARRARA, Sérgio; SIMÕES, Júlio Assis. Sexualidade, cultura e política: a trajetória da identidade homossexual masculina na antropologia brasileira. **Cadernos Pagu**, n. 28, p. 65-99, jan/jun. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/cpa/n28/05.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2019.

CARVALHOSA, Susana Fonseca; MOLEIRO, Carla; SALES, Célia. A situação do bullying nas escolas portuguesas. **Interacções**, v. 5, n. 13, p. 125-146, jun. 2009. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/70619452.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2019.

CECCARELLI, Paulo Roberto; FRANCO, Samuel. Homossexualidade: verdades e mitos. **Bagoas**, Rio Grande do Norte, v. 4, n. 5, p. 119-129, jan/jun. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2315>. Acesso em: 8 jan. 2017.

DIAS, Belidson. Acoitamentos: os locais da sexualidade e gênero na arte/educação contemporânea. **Visualidades**, v. 4, n. 1 e 2, p. 100-131, 2006. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/VISUAL/article/view/18001>. Acesso em: 6 mar. 2019.

DIAZ, Gabriela Andrea; SOUZA, Mériti de. Bullying homofóbico: um nome “diferente” para a violência. **Seminário Internacional Fazendo Gênero**, v. 9, 2010. Disponível em: [http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278250298\\_ARQUIVO\\_artigofazendogeneroformatado4-7-2010ultimo.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278250298_ARQUIVO_artigofazendogeneroformatado4-7-2010ultimo.pdf). Acesso em: 24 ago. 2018.

FANTE, Cleo. **Fenômeno bullying**: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz. Campinas, SP: Verus, 2005.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Educação sexual**: múltiplos temas, compromisso comum. Londrina: Eduel, 2009.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FRANÇA, Elisete Santana da Cruz. **Saindo do “armário”, quantas portas se abrem/fecham? As sexualidades na escola e na formação docente**. 2011. 120 f. Dissertação (Mestrado em Crítica Cultural) – Universidade do Estado da Bahia, Alagoinhas, 2011. Disponível em: [http://www.obs\\_lgbt.furg.br/index.php/.../teses.html?...saindo-do...portas-se-abrem-fecham](http://www.obs_lgbt.furg.br/index.php/.../teses.html?...saindo-do...portas-se-abrem-fecham). Acesso em: 8 jan. 2017.

GARCIA, José Carlos. **Problemáticas da identidade sexual**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001. (Coleção Clínica Psicanalítica).

GARUTTI, Selson; NEVES, Andressa Lopes das. Bullying homofóbico: uma discussão sobre a discriminação sexual escolar. **Caderno Intersaberes**, Curitiba, v. 4, n. 5, p. 54-66, jan/dez. 2015. Disponível em: <https://www.uninter.com/web/cadernosuninter/index.php/intersaberes/article/view/137>. Acesso em: 8 jun. 2017.

GURGEL, João Jorge Raupp; BUCHER-MALUSCHKE, Júlia Sursis Nobre Ferro. O homoerotismo masculino e o seu grupo familiar. **Revista Mal-Estar e Subjetividade**, v. 10, n. 2, p. 633-651, jun. 2016. Disponível em: <https://periodicos.unifor.br/rmes/article/view/4937>. Acesso em: 6 mar. 2019.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade sexual na educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: UNESCO, 2009. (Coleção Educação para Todos, v. 32).

\_\_\_\_\_. “Ideologia de gênero”: A invenção de uma categoria polêmica contra os direitos sexuais. In: RAMOS, Marcelo Maciel; NICOLI, Pedro Augusto Gravatá; ALKMIN, Gabriela Campos. **Gênero, sexualidade e direitos humanos**: perspectivas multidisciplinares. Belo Horizonte: Initia Via, 2017.

\_\_\_\_\_. Heteronormatividade e vigilância de gênero no cotidiano escolar. In: RODRIGUES, Alessandro; DALLAPICULA, Catarina; FERREIRA, Sérgio Rodrigo da Silva. **Transposições**: lugares e fronteiras em sexualidade e educação. Vitória: Edufes, 2014.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria Queer – uma política pós-identitária para a educação.

**Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2º semestre. 2001. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2001000200012/8865>>. Acesso em 8 jan. 2017.

MARIUSSO, Victor Hugo da Silva Gomes. “O Esquadrão Mata-Bicha”: sexualidades fora da norma e violência no Brasil. **Fato & Versões - Revista de História**, v. 7, n. 13, 2015. Disponível em: <http://seer.ufms.br/index.php/fatver/article/view/1279/805>. Acesso em: 22 mar. 2019.

MENEGOTTO, Lisiane Machado de Oliveira; PASINI, Audri Inês; LEVANDOWSKI, Gabriel. O bullying escolar no Brasil: uma revisão de artigos científicos. **Revista Psicologia: Teoria e Prática**, v. 15, n. 2, p. 203-215, maio/ago. 2013. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/ptp/article/view/5070>. Acesso em: 6 mar. 2019.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. 2. ed. Belo Horizonte:

Autêntica, 2015. 2ª reimpressão. (Série Cadernos da Diversidade).

MOTT, Luiz. **Homossexualidade:** mitos e verdades. Salvador: Grupo Gay da Bahia, 2003.

NASCIMENTO, Ana Paula Leite; CRUZ, Maria Helena Santana. Gênero, sexualidades e juventudes: regulações e subversões dos corpos no cotidiano escolar. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 4, n. 3, p. 14-38, jul/set. 2018. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/25591>. Acesso em: 6 mar. 2019.

NUNAN, Adriana. **Homossexualidade:** do preconceito aos padrões de consumo. Rio de Janeiro: Caravansarai, 2003.

OLIVEIRA JÚNIOR, José Miranda. Pelo direito à liberdade. **Mundo Jovem**, Porto Alegre, p. 20, out. 2016.

OLIVEIRA, Carlos André Nogueira; ADI, Ashjan Sadique. Questões de gênero e sexualidade: implicações na docência. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 9, p. 479-499, maio/out. 2018. Disponível em: < <https://rigs.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/23891> >. Acesso em: 6 mar. 2019.

PEIXOTO, Valdenízia Bento. Violência contra LGBTs: premissas históricas da violação no Brasil. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 8, p. 7-23, abr. 2018. Disponível em: <https://rigs.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/28014>. Acesso em: 6 mar. 2019.

PINSKY, Jaime (org.). **12 faces do preconceito**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; VALÉRIO, Juliana Batista Diniz. Dinâmica do preconceito por gênero e sexualidades no cotidiano escolar: os limites da democracia liberal. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 10, p. 373-401, nov. 2018. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/>

index.php/revistaperiodicus/article/view/25699. Acesso em: 6 mar. 2019.

RIOS, Roger Raupp. A homossexualidade e a discriminação por orientação sexual no direito brasileiro. **Direito e Democracia**, v. 2, n. 2, p. 383-408, 2001. Disponível em: <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/direito/article/view/2410>. Acesso em: 6 mar. 2019.

ROMANOWSKI, Joana Paulin. **Formação e profissionalização docente**. 3. ed. Curitiba: Ibpex, 2007. 4ª. reimpressão.

ROSA, Cleni Inês da. Educação sexual: para quem. **Mundo Jovem**, Porto Alegre, p. 9, mar. 2016.

SANTOS, Luciano Pereira dos; LAGÔA JUNIOR, José Alves; BARBOSA, Priscila. Assassinatos de LGBT's no Brasil – uma análise comparativa dos cinco últimos relatórios do GGB - 2012 a 2016. In: III SEMINÁRIO INTERNACIONAL IMAGENS DA JUSTIÇA, CURRÍCULO E EDUCAÇÃO JURÍDICA, 2017, Pelotas. **Anais...** Pelotas: UFPEL, 2017. p. 1-15.

SANTOS, Vanessa dos. Homossexualidade no ambiente escolar. **Ensino de Sociologia em Debate**, Londrina, v. 1, n. 2, p. 1-17, jul/dez. 2012. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/.../VANESSA%20SANTOS%20%20ORIENT.%20CESAR.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2017.

SILVA FILHO, Milton Ribeiro da; RODRIGUES, Carmem Izabel. Na rua, na praça, na boate. Uma etnografia da sociabilidade LGBT no circuito GLS de Belém-PA. **Ponto Urbe - Revista do núcleo de antropologia urbana da USP**, n. 11, 2012. Disponível em: <https://journals.openedition.org/pontourbe/365>. Acesso em: 6 mar. 2019.

SILVA, Amanda Daniele. Ser homem, ser mulher: as reflexões acerca do entendimento de gênero. In: **Mãe/mulher atrás das grades**: a realidade imposta pelo cárcere à família monoparental feminina. [online]. São Paulo: UNESP, 2015.

SILVA, Elder Luan dos Santos. A 'Ideologia de Gênero' no Brasil: conflitos, tensões e confusões terminológicas. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 10, p. 269-296, nov. 2018. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/27923>. Acesso em: 6 mar. 2019.

SOUSA, Karol Jefessom Alves de. As diversas manifestações homofóbicas e suas consequências no cotidiano das minorias LGBT. **Revista Clóvis Moura de Humanidades**, Teresina, v. 2, n. 1, p. 27-44, 2016. Disponível em: <http://revistacm.uespi.br/revista/index.php/revistacmuespi/article/view/1/34>. Acesso em: 14 jan. 2017.

SOUZA, Daniel Cerdeira de et al. Assassinatos de LGBTs no Brasil – uma análise de literatura entre 2010-2017. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 10, p. 24-39, nov. 2018. Disponível em: <https://rigs.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/27919>. Acesso em: 6 mar. 2019.

TORRES, Marco Antonio. **A diversidade sexual na educação e os direitos de cidadania LGBT na escola**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. (Série Cadernos da Diversidade).

UNESCO NO BRASIL. **Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura**. Disponível em: [www.brasilia.unesco.org/](http://www.brasilia.unesco.org/). Acesso em: 06 de mar. de 2019.

WARNER, Michael. **Fear of a queer planet**. Minneapolis: University of Minnesota, 199

Artigo submetido em: 03/04/2019

Parecer em: 24/06/2019

Aprovado em: 06/07/2019